

O socialismo democrático, segundo Ruy Fausto

Ruy Fausto's Democratic Socialism

Rodnei Nascimento

rodneianascimento@gmail.com

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: O artigo propõe-se a analisar o significado do projeto de um socialismo democrático tal como formulado por Ruy Fausto, em um novo ciclo de publicações posteriores a 2007. A partir de um balanço crítico e rigoroso da política de Marx, ele rejeita tanto o adesismo à ordem neoliberal quanto as soluções revolucionárias tradicionais. O núcleo da sua proposta consiste numa combinação da forma política democrática com o compartilhamento do controle da produção com os trabalhadores. Apesar da sua radicalidade, este projeto parece-nos refém de uma concepção convencional de democracia, que bloqueia a sua realização. Seria preciso não negar a democracia, mas alargar o seu sentido para que ela esteja à altura do seu poder de transformação.

Abstract: This article proposes an analysis of the meaning of the project of a democratic socialism as formulated by Ruy Fausto, in a new cycle of publications starting in 2007. Departing from a critical and rigorous analysis of Marx's politics he rejects both adherence to the neoliberal order and traditional revolutionary solutions. The core of his proposal is a combination of a democratic political form with the control over production shared with workers. Despite its radical nature, this project seems to us hostage to a conventional conception of democracy that blocks its realization. It would be necessary not to deny democracy, but to broaden its meaning so that it is up to its power of transformation.

Palavras-chave: Marx; filosofia da história; comunismo; autoritarismo; democracia.

Keywords: Marx; philosophy of history; communism; authoritarianism; democracy.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v26i2p61-73>

Embora os trabalhos de Ruy Fausto, sobretudo aqueles pertencentes à trilogia de *Marx: Lógica e Política*, tenham desde o início se distinguido em relação a outras leituras de Marx pela intenção de explicitar os vínculos entre lógica dialética e política revolucionária, eles acabavam sempre por privilegiar o tratamento das questões lógicas em desfavor das questões políticas. Se os problemas de uma política marxista não chegavam a estar ausentes, estes permaneciam ali de maneira apenas implícita. Era como se o rigor da análise tivesse que tomar todo o tempo necessário, adiando sempre para um segundo momento as suas conclusões práticas. Mas esse quadro começa a modificar-se já no final do ano de 2001, com a publicação de uma

“Introdução geral” ao último volume da série sobre Marx, no qual os temas políticos, na esteira dos acontecimentos do 11 de setembro, ocupam o centro das atenções do autor. E, a partir de 2007, o deslocamento do seu foco de interesse se confirma com uma nova sequência de publicações, que se inicia com a *Esquerda difícil*, neste mesmo ano, seguida de *Outro dia*, em 2009, e completa-se mais tarde com *Caminhos da esquerda* e *O ciclo do totalitarismo*, ambos títulos de 2017.

Nesse novo conjunto de textos, Ruy Fausto lança-se a um ambicioso balanço da experiência prática e teórica dos movimentos políticos de esquerda inspirados em Marx ou situados para além do marxismo. Não somente retira as consequências políticas da dialética marxista, que antes faltavam, como também passa em revista as interpretações dos fenômenos totalitários do século XX, avalia o destino das revoluções comunistas, além de intervir no debate mais conjuntural sobre política nacional e mundial. Mas sobretudo, e é o que nos interessa de perto aqui, põe-se a formular um novo projeto político emancipatório, que denomina de socialismo democrático, ao qual não faltará um programa de ação que pretende atacar em diferentes frentes, econômica, política e ambiental, com objetivos combinados de curto e longo prazo, que visam encontrar o caminho mais eficiente para sua realização. O que nos propomos nesse texto é justamente tentar compreender o núcleo desse projeto, sua justificação teórica, bem como discutir o seu alcance e os seus limites.

Esse verdadeiro trabalho de reconstrução de um projeto de esquerda justifica-se a partir do diagnóstico de três patologias fundamentais que levaram a uma “alienação radical do projeto de esquerda em relação ao que ela representou na origem, e deveria continuar representando” (Fausto, 2017, p. 15): o totalitarismo, o adesismo e o populismo. A primeira se manifesta a partir da emergência do Estado totalitário no interior da revolução bolchevique de 1917: “um Estado em que se negam todas as liberdades civis e políticas e que tem como projeto uma dominação total do indivíduo” (idem, p. 19).

O adesismo, por sua vez, vincula-se diretamente à derrocada do sistema totalitário. O fim do chamado socialismo realmente existente teria levado a esquerda crítica do totalitarismo a aceitar a tese de que não há alternativa viável ao capitalismo. O único caminho possível seria, então, aderir ao liberalismo econômico (idem, p. 26).

Se o reformismo adesista afeta principalmente a esquerda europeia, o populismo, a terceira figura patológica, floresce sobretudo nas periferias capitalistas. Trata-se igualmente de um fenômeno de acomodação à ordem conduzida, classicamente mas não necessariamente, por uma liderança autoritária e carismática mediante a conciliação dos interesses de classes antagônicas e a tolerância com a corrupção no aparelho do Estado, com vistas à obtenção de benefícios sociais às camadas mais pobres, mas sem alteração significativa das estruturas sociais (idem, p.29).

Nossa intenção não é discutir cada um desses desvios de trajetória, mas compreender como o autor pretende atacá-los na raiz a fim de reconstruir um programa político anticapitalista que seja alternativo tanto ao adesismo quanto ao totalitarismo.

Na medida em que pretende remontar às fontes do problema, essa tarefa mostra-se indissociável de um balanço crítico do pensamento de Marx, na medida em que o marxismo ainda constitui a corrente dominante no interior dos movimentos de esquerda em geral. “Como Marx continua sendo uma grande referência”, afirma Ruy Fausto, “começo situando a perspectiva que tracei relativamente ao ideário marxiano” (idem, p. 94). Não se trata de recusar Marx em bloco ou culpá-lo por todos os erros históricos da esquerda, nem tampouco aceitar acriticamente todas as suas premissas e conclusões. Na verdade, é preciso “atravessar” Marx, no sentido, mais uma vez, de separar o que está morto e o que está vivo na obra do pensador alemão. “Minha tese”, declara Ruy Fausto, “é a de que o marxismo como política e, em boa parte, como filosofia da história, envelheceu, mas ele continua sendo sólido, sem dúvida, em grandes linhas, como crítica do capitalismo” (Fausto, 2009, p. 03). A ponderação desses aspectos da teoria marxiana deverá resultar na proposta de um socialismo democrático, cujos traços mais essenciais pretendemos discutir adiante.

Antes de entrarmos na discussão sobre o conteúdo do socialismo democrático, precisamos, portanto, compreender em que sentido, da perspectiva do nosso autor, a política de Marx, ou seja, “a reivindicação do comunismo, da violência e da ditadura do proletariado” (Fausto, 2009, p.) fracassou e de que maneira isto se relaciona com sua filosofia da história.

Uma primeira dificuldade que Fausto identifica na política marxista está relacionada a uma conhecida postura teórica e prática de Marx de recusar a necessidade de definição dos fins da ação política revolucionária. Como se sabe, desde o *Manifesto comunista*, Marx acusava de utópicos os teóricos e militantes socialistas que pretendiam antecipar na cabeça os contornos de uma sociedade comunista vindoura. O comunismo, afirmava ele, é antes de tudo um “movimento” e somente o curso desse movimento pode determinar o seu resultado. A luta pela superação da sociedade capitalista deve orientar-se pela compreensão do presente histórico e qualquer conjectura sobre o seu desfecho apenas desvia o foco dos verdadeiros fins e impede a sua realização, ou seja, transforma-se numa mera utopia.

Fausto, no entanto, questiona essa estratégia, tendo em vista sobretudo os riscos de instrumentalização que ela permite ao deixar em aberto a definição sobre o conteúdo de uma sociedade comunista. Para que ela pudesse ser aceita como válida, argumenta, seria preciso supor que os fins visados tivessem sido esclarecidos e legitimados previamente, sob pena de que o discurso revolucionário, sem oferecer um critério de verificação quando de sua tentativa de implementação prática, venha a tornar-se ele próprio um fim inalcançável, isto é, uma utopia ou mesmo, no pior

dos casos, que venha a ser assimilado a uma ordem social que reivindique seu nome, isto é, uma ideologia de Estado:

A operação dialética de “supressão” dos fins para impedir a intersetivação do discurso em humanismo ou utopia é legítima e alcança o seu resultado, porém, *sob a condição de que os próprios fins sejam legítimos e legitimados. Supondo que os fins estejam plenamente justificados*, a “supressão” da sua posição “salva” a sua efetivação. Assim, é preciso primeiro que eles se revelem justificados. Caso contrário, a “supressão” só tem, no melhor dos casos, um alcance formal, mesmo se se trata de uma forma dialética; no pior, ela tem um efeito oposto ao que é visado (Fausto, 2007, p. 36).

Com efeito, do ponto de vista histórico, o que vimos ao longo do século XX foi que esse lugar deixado vazio foi apropriado indevidamente pelas revoluções comunistas levadas a cabo em nome do marxismo. Ainda que o comunismo de Marx não se confunda com os regimes comunistas históricos, a indefinição em torno dos objetivos de uma sociedade emancipada tornou não só impossível que ela se realizasse de acordo com seus princípios originais como também a deixou indefesa diante da sua apropriação por regimes totalitários. Em suma, sob a justificativa de evitar o utopismo, o marxismo se tornou ele próprio, e mesmo que a despeito de Marx, uma utopia e um instrumento de legitimação dos regimes comunistas totalitários.

Mesmo que admitíssemos a pertinência dessa crítica, ela não bastaria obviamente para rejeitar a política de Marx. Poderíamos perfeitamente assumir a existência de lacunas ou mesmo ambiguidades nessa posição, suscetíveis de deturpações, mas que poderiam ser solucionadas sem precisarmos abrir mão do projeto marxista como um todo. Porém, Fausto levanta duas outras razões que demandam não apenas uma correção, mas uma revisão profunda da concepção política de Marx. Elas dizem respeito a uma certa concepção da história e da sociedade capitalista, que impedem o marxismo não apenas de apreender o significado das sociedades despóticas no século XX - e, portanto, de prevenir-se contra elas - como igualmente de apreender corretamente a dimensão política das sociedades contemporâneas, despóticas ou não, com o que deixa escapar elementos imprescindíveis para uma política emancipatória¹.

Vejamos então, primeiramente, de que modo a interpretação sobre a filosofia da história deve afetar a avaliação sobre a política de Marx. É preciso dizer, antes de mais nada, que ele nunca deixou de reconhecer a complexidade do pensamento de Marx a respeito dos processos históricos, em oposição àqueles intérpretes e críticos

1 Fausto (2007, p. 40) examina ainda uma questão antropológica que ele acredita ser outro obstáculo ao comunismo. Este, dada sua essência coletivista, teria como pressuposto “homens absolutamente liberados de todo tipo de egoísmo e de toda agressividade”, o que seria incompatível com o que sabemos a respeito da natureza humana, sobretudo partir da psicanálise. A despeito da sua enorme relevância, não entraremos na discussão desse problema, pois isso nos obrigaria a alongar demais esse texto. Como declaramos acima, vamos nos ater ao núcleo mais fundamental da proposta de Fausto.

que veem nele um simples determinismo econômico. A questão é analisada em duas partes: primeiro, o determinismo, isto é, a presença da necessidade e da contingência na história, e, em seguida, o lugar do econômico nos processos históricos. Com relação ao primeiro aspecto e tendo em mente sobretudo os textos do *Grundrisse*, nos quais Marx analisa as formações econômicas anteriores ao capitalismo, chama a atenção para o papel preponderante da contingência, em detrimento da necessidade, na explicação da transição dos modos de produção:

Há uma necessidade *interna* dos modos de produção. Entre os modos, há períodos de transição. Nestes, a necessidade é progressivamente construída, a partir de processos em que existe mais contingência do que necessidade, mesmo se a partir de *pressupostos* dados pelos elementos liberados pela dissolução dos modos anteriores (Fausto, 2002, p. 13).

Longe, portanto, de qualquer necessidade férrea, cada etapa histórica evolui segundo uma combinação sutil de contingência e necessidade.

Mas, ainda que não se some à acusação de determinismo histórico, Fausto acredita que a visão de Marx revela seus limites quando se trata de pensar a transição do capitalismo ao comunismo. A passagem ao comunismo é igualmente apresentada como dominada pela contingência, como no caso das formações sociais passadas. Não há uma necessidade histórica que nos conduza de maneira infalível à sociedade comunista. Não obstante, a limitação dessa concepção consiste em que o comunismo é considerado como a única saída civilizatória possível para a história humana, o que reintroduz, nesse caso, um certo grau de necessidade na história. Não se vislumbra outra alternativa que não seja ou a permanência no capitalismo - o que embute um risco à destruição da humanidade - ou a sua superação por uma sociedade comunista. “A passagem ao comunismo parece ser apresentada como um ato de liberdade, mas não se vê como se poderia passar a outra coisa, a não ser que voltássemos ao passado, que ficássemos eternamente no interior do velho sistema, ou houvesse autodestruição da humanidade” (idem, p.13).

Não está em jogo evidentemente apenas uma minúcia técnica sobre filosofia da história, mas sim a capacidade de compreender a emergência de formações sociais alternativas ao capitalismo. Na medida em que o comunismo é a única possibilidade histórica, enquanto ele não se realiza tal como pensado em seus termos originais - que aliás não sabemos exatamente quais são - qualquer outra formação social é vista como uma variação da sociedade capitalista. No entanto, a história do século passado foi pródiga em nos oferecer exemplos no sentido contrário: “Nazismo e bolchevismo-stalinismo nos mostram a possibilidade, não pensada absolutamente por Marx, de formas modernas de *novas criações históricas*, que representam entretanto, do ponto da história da liberdade, e também da exploração, um *retrocesso* histórico” (Fausto, 2002, p.18). Ou seja, nesse quadro conceitual não só não há lugar para a coexistência

de diferentes formações sociais, como para a possibilidade de conceber-se formações que sejam ainda mais regressivas que o capitalismo, como as sociedades despóticas do século XX.

No que diz respeito ao segundo aspecto da questão sobre o determinismo econômico, Fausto mantém uma posição semelhante, rejeitando a acusação de economicismo em Marx, mas não sem apontar o que acredita ser as consequências negativas de um certo privilégio do econômico. Ou seja, embora a história seja apresentada como uma sucessão dos modos de produção, não se pode falar em economicismo, visto que Marx reconhece explicitamente o predomínio dos fatores não econômicos na dinâmica das sociedades não capitalistas:

Há modos em que o econômico em sentido moderno, a busca do lucro ou antes da valorização do valor é decisiva, e há outros em que isto não ocorre. Mais precisamente, é só no capitalismo que se tem essa característica, em oposição aos outros modos. No sentido moderno do “econômico”, a ideia geral de história em Marx não é assim “economicista” (Fausto, 2002, p.13).

E se não há predomínio dos fatores econômicos na dinâmica interna das sociedades, não se pode igualmente conceber a transição de uma formação social não capitalista a outra como condicionada por causas apenas econômicas. Em suma, não se pode conceber a história simplesmente como o desenvolvimento das forças produtivas.

Mas é preciso mais uma vez fazer a ponderação de que, mesmo não sendo rigorosamente correto falar de “economicismo” em Marx, o modo de produção permanece como a “referência fundamental” na explicação dos fenômenos sociais (Fausto, 2002, p. 13). E a ascensão do econômico, pelo menos no capitalismo, sobre as demais instâncias da realidade social tem um efeito negativo sobre a política marxista, na medida em que se torna um obstáculo para a apreensão da particularidade das sociedades totalitárias, pois o que há de novo aí se passa justamente em torno da sua forma política. Elas revelam um tipo de poder despótico que não é expressão dos interesses econômicos, como pensado classicamente pelo marxismo, mas que emana do próprio Estado, tomado por uma elite burocrática, a qual exerce esse poder em interesse próprio e contra a sociedade. “O totalitarismo não é visível porque é um *tertius*, e porque nele se encontra uma espécie de violência infinita, que vem do poder de Estado, e porque ele liquida a sociedade civil enquanto ‘espaço público’, mas não o liquida necessariamente (no caso do nazismo) como lugar da luta de interesses” (Fausto, 2009, p. 20).

Como se vê, a impossibilidade de antecipar-se aos desvios totalitários e de se prevenir contra eles não se deve apenas a uma lacuna do projeto político de Marx, nem ao fato de que Marx simplesmente não presenciou tais eventos históricos, mas remonta aos fundamentos de sua filosofia social e da história. Não seria possível, portanto, simplesmente preencher suas falhas sem alterar os seus fundamentos. E,

ao alterá-los, vislumbra-se uma alternativa ao capitalismo que não se confunde com o comunismo, mas que ainda preserva elementos essenciais do programa marxista. Nesse sentido, o socialismo democrático, proposto por Fausto, vai procurar encontrar uma forma política que o imunize contra o totalitarismo sem perder seu sentido anticapitalista original.

Ora, se olharmos não apenas para o nível econômico, mas também para a forma política das sociedades contemporâneas, o que percebemos não é uma sucessão frustrada ou a reprodução com nuances do modo de produção capitalista, mas a existência simultânea de algumas formações sociais de natureza distinta entre si.

Na realidade, contra o que supõem os marxistas, tínhamos no século, e de certo modo ainda temos, não dois, mas três termos (senão quatro, se pensarmos no fascismo e nas formas que se lhe aparentam): o capitalismo (democrático ou autocrático), a sociedade despótico-burocrática e um projeto democrático, este, sem dúvida, a construir. Pensar essa pluralidade é condição necessária de toda crítica do capitalismo, condição que foi escamoteada desde o início (Fausto, 2007, p. 37).

Ou seja, a alternativa entre capitalismo ou comunismo, que se imaginava como a única possível, não se verificou historicamente; além disso, a combinação inusitada de elementos como democracia e capitalismo ou comunismo e despotismo, evidenciada no século XX, obriga a repensar o modelo de superação do capitalismo.

Em outros termos, o curso da história no último século não se deixou balizar apenas pelos termos progresso e regressão, os quais, segundo a filosofia da história de Marx, definem a evolução do capitalismo. A forma política totalitária ou despótica mostrou-se como pura regressão em relação à forma política democrática, a qual, por sua vez, representou um progresso em relação tanto ao capitalismo como aos totalitarismos. É, portanto, o “projeto democrático” de sociedade que cabe ser recuperado, pois ele representa o “polo político” oposto ao nazismo e ao bolchevismo-stalinismo na história do século XX, e mesmo se “a democracia só aparece sob a forma contraditória da democracia capitalista” (Fausto, 2002, p. 18).

É preciso compreender em que consiste essa relação contraditória entre democracia e capitalismo, inclusive para deixar claro que, para Fausto, uma alternativa política ao comunismo não se limita à sua forma democrática. Como não poderia deixar de ser, é através de Marx mais uma vez que ele esclarece sua própria perspectiva a respeito da questão. Como sabemos, Marx não faz uma análise direta da democracia, mas sim de dois de seus princípios fundamentais, a igualdade e a liberdade, dos quais o capitalismo se serve para alcançar seu objetivo de acumular valor, torcendo, porém, seus significados no sentido oposto, em desigualdade e dominação. “Esse é um dos aspectos mais fortes da obra de Marx, aspecto que continua a ser mal conhecido” (Fausto, 2007). Como esse é um ponto crucial é importante analisá-lo com mais detalhe.

Para expor o desenvolvimento do valor em valor de troca e do dinheiro em capital, Marx supõe, assumindo inicialmente o ponto de vista da economia política clássica, uma relação de troca em que as mercadorias são intercambiadas de acordo com seu valor (dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário), isto, é uma troca equivalente, e na qual os agentes econômicos aparecem como proprietários de suas mercadorias. A constituição do capital deve pressupor, portanto, um contrato de compra e venda de mercadorias, uma relação jurídica de igualdade e liberdade entre os indivíduos. Essa relação de troca vale obviamente para a mercadoria força de trabalho. Enquanto proprietário da sua força de trabalho, o trabalhador não é obrigado, tomando-se como legítimos os princípios da troca, a vendê-la e quando o faz é em condições de igualdade com o comprador de sua mercadoria. Ocorre que uma relação de troca entre valores equivalentes, embora seja um requisito necessário, não é capaz por si só de explicar a existência do capital, já que capital é acúmulo de valor e de mais-valor. Uma troca de equivalentes apenas reproduziria uma mesma quantidade de valor, sem resultar em um valor acumulado. É preciso passar, então, da esfera da circulação das mercadorias para a esfera da produção, onde a força de trabalho de trabalho exerce sua função, para descobrir o segredo do capital. Ali, ao produzir uma mercadoria, a força de trabalho gera uma quantidade de valor maior do que a que nela está contida e pela qual foi paga. No momento em que o capitalista se apropria do mais-valor não pago, a troca de equivalentes transforma-se numa relação de não equivalentes na esfera da produção. E o trabalhador agora, expropriado do produto do seu trabalho, se vê obrigado a vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção. Assim, a relação jurídica de igualdade e liberdade pressuposta no início converte-se numa relação de desigualdade e não liberdade, ou, de exploração e dominação do trabalho. Embora a relação de igualdade e liberdade não deixe de vigorar na esfera da circulação, pois afinal a compra da força de trabalho precisa continuar a ser legitimada juridicamente, ela revela agora seu caráter ideológico. “A igualdade e a liberdade são categorias próprias à circulação simples, lá estaria o seu lugar ‘natural’; e nesse lugar natural, tal como ele se dá no interior do capitalismo (a circulação simples como ‘momento’) elas *se intervertem necessariamente em seu contrário*” (Fausto, 2017, p. 38.).

Marx reconhece, portanto, a existência de um momento democrático no interior do sistema, mais precisamente, na esfera da circulação das mercadorias, onde os indivíduos comparecem de maneira livre e juridicamente iguais. Esse momento, contudo, está destinado a ser negado pelos imperativos da reprodução capitalista (torna-se uma miragem, ilusão, fantasia). Nesse sentido, seria ilusório ou utópico, do ponto de vista político, querer preservar elementos de igualdade e liberdade presentes na esfera da circulação: a troca de equivalente, o direito de propriedade, o mercado, o dinheiro etc., visto que estes acabam sempre por

serem assimilados pelo sistema e por servirem à sua reprodução. Em suma, no limite, democracia e capitalismo se mostram excludentes entre si. Da perspectiva marxista, a única possibilidade de realização efetiva da liberdade e da igualdade seria a derrubada em conjunto do sistema e a sua substituição por uma sociedade baseada não na exploração da força de trabalho e no acúmulo de riqueza abstrata, mas numa produção cooperativa com vistas à satisfação das necessidades humanas.

Embora não recuse inteiramente o diagnóstico a respeito da contradição fundamental entre capitalismo e democracia, Fausto lembra, entretanto, que o avanço da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais por direitos políticos e sociais, desde o século XIX, revelou que o capitalismo foi capaz de suportar, contra sua própria natureza, as demandas democráticas da sociedade melhor do que o previsto por Marx:

Observe-se que no século XIX a oposição democracia/capitalismo é muito evidente. Lutou-se pela democracia política (os poderes burgueses só muito lentamente reconhecem o sufrágio universal masculino, e depois o sufrágio universal propriamente dito); por outro lado, na medida em que as grandes desigualdades são incompatíveis com a democracia, mesmo as lutas econômicas (nível salarial, jornada de trabalho), tiveram e têm, de fato uma dimensão democrática (Fausto, 2009, p.22).

A partir desses exemplos históricos, seria preciso admitir a existência de uma outra relação entre democracia e capitalismo. Sem negar a contradição entre ambos, deve-se reconhecer que a democracia não apenas realimenta o capitalismo, mas também mantém com ele uma relação de oposição. Não se trata de buscar uma acomodação ao sistema, uma vez que a democracia levada às últimas consequências tem o poder de reverter² o capitalismo: “pensamos a relação entre democracia e capitalismo não mais em termos de convergência (mesmo se o capitalismo se serve da democracia para ocultar a si mesmo como máquina de produção de desigualdade), mas em termos de oposição” (Fausto, 2009, p. 12).

A compreensão mais nuançada do diagnóstico marxiano sobre a democracia deve modificar também a estratégia de crítica e combate ao capitalismo:

As dificuldades, ou pelo menos os limites da crítica marxiana, não estão no fato de que ela vê, na relação entre igualdade e desigualdade no capitalismo, não só oposição mas também convergência - a primeira recobre a última e ao mesmo tempo lhe serve de base -, porém no fato de que *ela não vê na oposição uma verdadeira mola propulsora do progresso histórico*. Marx não quer desenvolver como projeto político o polo igualitário das democracias capitalistas, e por isso mesmo ele não emprega essa última expressão: ele quer a explosão do conjunto da estrutura, e a ditadura do proletariado (Fausto, 2007, p. 08).

E, tendo em vista que a derrubada em bloco do capitalismo, num sentido civilizatório

² Nesse sentido: “A ideia democrática solapa seriamente o mundo do capitalismo” (Fausto, 2009, p. 247).

superior ao capitalismo, mostrou-se historicamente fracassada, Fausto conclui que a melhor estratégia política contra o capitalismo, na verdade, a menos utópica, seja utilizar as instâncias democráticas que subsistem no interior do sistema para fazer avançar a busca por uma sociedade livre e igualitária:

Mais precisamente, se continuamos a pensar com a tradição da esquerda que há uma oposição entre uma igualdade formal e uma desigualdade substancial, fazemos da igualdade existente - embora formal - uma alavanca na luta contra a desigualdade (Fausto, 2009, p. 12).

Assim, é possível não apenas preservar o momento democrático da sociedade capitalista como fazê-lo voltar-se contra o próprio sistema. Devem permanecer, portanto, no projeto de um socialismo democrático, o direito “burguês”, o Estado e todas as instituições da democracia parlamentar. Mas isso não significa que se deva abandonar a luta anticapitalista em nome de uma reivindicação abstrata de direitos ou de uma crença ingênua nas instituições políticas. Ao contrário, a defesa da democracia significa igualmente interromper o movimento do capital, controlá-lo e neutralizá-lo, em suma, transformá-lo radicalmente:

Creio que é preciso abandonar todo projeto de uma sociedade transparente, em que desapareceriam Estado e Direito, e em que a igualdade seria, essencialmente, absoluta. Pelo contrário, devemos ter como objetivo - é importante ter um objetivo, quer ele seja realizável ou não a curto prazo - uma sociedade em que subsistam trocas de mercadorias e mercado, mas em que o poder do capital seja controlado e neutralizado dentro de limites que só o futuro poderá determinar (Fausto, 2009, p.13).

Aqui aparece, portanto, o segundo elemento fundamental do projeto de um socialismo democrático: o seu conteúdo econômico, baseado numa contenção dos poderes do grande capital sobre a produção e a organização da atividade produtiva, como veremos, numa cooperativa de trabalhadores. Diante dessa proposta de combinação de uma forma política democrática e um conteúdo econômico do socialismo, é impossível não lembrar, de imediato, de uma conhecida objeção: não estamos em face novamente da antiga ilusão reformista de tentar domesticar o capitalismo? Essa pergunta foi formulada ao autor numa já longínqua entrevista do ano de 2002 e mereceu dele um esclarecimento seis anos mais tarde, quando republicada em livro:

Há duas possibilidades de responder à objeção. Uma é dizer que a diferença entre a política de ruptura com o capitalismo e a política de reforma “envelheceu”. O que significa no fundo que se abandonou a ideia de superar o capitalismo. A outra é afirmar que subsiste um caminho intermediário. (...) Não vejo nenhuma resposta melhor senão a de afirmar que há um objetivo estratégico (para usar a antiga linguagem), que é o de uma neutralização radical do sistema, de uma espécie de subversão interna dele. E que existe um trabalho no plano tático, que consiste precisamente em impor reformas e mutações cada vez mais radicais. Utopia? Reformismo envergonhado? Não creio (Fausto, 2009, p. 247).

De fato, se bem pensado, a dificuldade prática dessa proposta não está no seu suposto reformismo, o qual sempre serviu bem à ordem capitalista, mas sim na radicalidade de uma intervenção sobre a produção do capital que, ao mesmo tempo, pretende preservar o direito, o mercado, o Estado e algum grau de propriedade vigentes no interior da mesma sociedade que se pretende subverter. Como imaginar que a implementação de um programa dessa natureza não vá provocar um confronto com os poderes dominantes que leve à ruptura com a ordem “democrática”? A democracia tal como a conhecemos hoje comportaria uma política com esse nível de radicalidade? Ou seria necessário ampliar o seu conceito para que esta pudesse se mostrar à altura do seu potencial transformador?

De todo modo, as dificuldades se tornam cada vez mais explícitas, a nosso ver, à medida que Fausto vai explicitando aquilo que considera ser os meios concretos e efetivos de enfrentamento do capital³. Como não se visa abolir toda propriedade será preciso, antes de mais nada, um critério para separar aquela que seria preservada daquela que sofreria intervenção. Em *Caminhos da esquerda*, encontramos uma distinção pouco nítida entre o pequeno e grande capital. Se o primeiro, ou os chamados “capitais não hegemônicos”, pode ser tolerado, é o último que deve ser efetivamente contido: “É o grande capital que se tem em mira” (Fausto, 2017, p. 41).

Mas como determinar precisamente o que é o grande capital? O quão grande deve ser uma empresa capitalista para ser considerada um grande capital? Qual é o critério que a define? Seu lucro, o número de empregados, sua natureza econômica (monopólio, oligopólio, privada), ou o quê? A questão não é irrelevante, pois do seu esclarecimento depende a decisão de intervir ou não sobre a propriedade capitalista. Ela não é, contudo, enfrentada pelo autor.

Outro obstáculo diz respeito aos instrumentos específicos de controle sobre a produção do capital. Aqui temos um grau de precisão maior, embora sua eficácia seja não menos questionável. De modo geral, defende-se tanto para o pequeno como para o grande capital “uma organização econômica fundada em cooperativas” (idem, p. 85). Porém, ali onde subsistissem grandes empresas e trabalhadores assalariados, duas medidas devem ser observadas: “que as grandes empresas tenham acionariado majoritário do Estado” (idem, p. 89) e que sua direção seja compartilhada com trabalhadores e consumidores (cf. idem, p. 90).

Embora não se possa duvidar do alcance transformador dessas medidas, algumas das quais já praticadas em pequena escala no mundo hoje, como a organização de pequenos produtores em cooperativas e a participação de trabalhadores nos conselhos de grandes empresas, não parece razoável supor que, dado o nível de especialização

³ Este programa inclui ainda temas mais recentes como o das minorias e da ecologia, bem como os mais conhecidos da reforma do sistema de impostos, a defesa da educação pública, a democratização dos meios de comunicação. Mas fugiria do escopo do nosso artigo a discussão em detalhe desses aspectos. A esse respeito cf. Fausto (2017, p 110).

e complexidade existente atualmente na atividade produtiva, a produção econômica como um todo possa seguir o modelo de organização em cooperativas de trabalhadores. A cooperativa poderia, sem dúvida, dar ao trabalhador um maior controle sobre a produção, reduzir a alienação do trabalho e aquilo que Marx chama de despotismo da fábrica, mas seria capaz de alcançar o nível de produtividade exigido hoje por uma demanda massiva de bens e serviços? Ou seria preciso rever os próprios fins da produção econômica capitalista? Mas para isso não bastaria limitar o poder do capital; seria necessário substituir a produção de mercadorias por valores de uso. Mas isto vai muito além do que Fausto está disposto a admitir.

Já com relação à participação do Estado como acionista majoritário das grandes empresas privadas e o compartilhamento da direção com os trabalhadores, há, até onde conseguimos enxergar, uma dificuldade não só de ordem prática, mas o risco de criação de uma casta burocrática com interesses próprios e dissociada dos trabalhadores. Não foi a ascensão de uma nomenclatura estatal a responsável, em grande medida, pelas deformações do comunismo em regimes totalitários? Parece-nos que não bastaria exigir transparência e competência da burocracia. Afinal, uma vez investida de poder, como controlar uma elite burocrática que exerce também o comando sobre a produção econômica? Talvez a propriedade coletiva pudesse dirimir esse problema, mas isso não é algo que está no horizonte do nosso autor.

Mas a principal objeção, a nosso ver, continua a ser de ordem política ou prática, como se queira. Não parece concebível que uma tentativa de intervir sobre a grande propriedade não geraria reações violentas do outro lado. Há nessa operação certamente um núcleo potencial de ruptura com aquilo que conhecemos hoje como normalidade democrática. Contudo, se não se trata abolir o capital como um todo, e, portanto, as classes, nem o instituto da representação política, os capitalistas também devem ser representados no interior do sistema de alguma forma. Sua reação contra uma tentativa de restrição à propriedade teria, nesse sentido, certa legitimidade. Por outro lado, como evitar que a tentativa de enfrentar a reação conservadora, em nome do “projeto” autêntico de esquerda, deságue numa patologia totalitária, segundo os critérios aceitos do que seja o “normal”? Não é desse modo que se avalia o percurso clássico das revoluções comunistas no século XX, como sempre nos lembra o próprio autor? Ao que parece, com o socialismo democrático não estaríamos a salvo de recairmos nos impasses históricos da esquerda.

Não obstante as eventuais lacunas que possam subsistir, acreditamos que Fausto contribuiu de maneira significativa para a reconstrução de um projeto político socialista ao recuperar a centralidade da luta anticapitalista. Sua estratégia de construir uma alternativa ao marxismo a partir de uma leitura crítica e rigorosa do próprio Marx estabelece um parâmetro superior para o debate político. Sem fazer concessões, afasta tanto o adesismo, para o qual não há alternativa à ordem capitalista, como os falsos radicalismos, que apenas reproduzem acriticamente

antigas ideias. Sabe assimilar as lições da história que venham a exigir mudanças no antigo modelo de política da esquerda, mas também não abre mão de princípios: ser de esquerda, afirma, “representa, em primeiro lugar, a posição política dos que defendem os interesses dos não detentores de capital, em oposição aos interesses dos que dispõem dele” (Fausto, 2017, p. 110).

No entanto, aquilo que sugere colocar no lugar, um socialismo democrático que incorpora a democracia como forma política e o controle da produção econômica pelos trabalhadores - seja na cooperativa ou na participação da direção das grandes empresas - a despeito de sua inquestionável radicalidade, suscita diversas dúvidas. Sobretudo pareceu-nos que o seu programa esbarra numa aceitação incondicional da forma da democracia tal como a conhecemos até hoje, a sua forma representativa. Não há, de fato, porque negar que esta tenha um potencial emancipatório, mas, dominada pelo poder do dinheiro, tem servido antes como instrumento de manutenção dos interesses econômicos dominantes. A dificuldade dos movimentos que afrontam diretamente o sistema capitalista atual de ascender e manter-se no poder é uma forte evidência a esse respeito. A nosso ver, seria preciso admitir que a implementação de um projeto socialista autêntico requer um nível de confronto com os poderes dominantes que fere a ordem “democrática” vigente. Seria necessário então uma noção reformulada de democracia que estabelecesse em que condições tornam-se legítimas avançar contra a própria democracia, ou melhor, contra seus usos ideológicos ou instrumento de poder, sob pena de ficarmos eternamente reféns da “normalidade” capitalista. Somente dessa perspectiva uma ruptura com a ordem seria possível, sem necessariamente interverter-se numa patologia.

Referências

- Fausto, R. (2002). *Marx: Lógica e Política. Investigações para a reconstituição do sentido da dialética*. Tomo III. São Paulo, SP: Editora 34.
- Fausto, R. (2007). *A esquerda difícil: em torno do paradigma e do destino das revoluções do século XX e alguns outros temas*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Fausto, R. (2009). *Outro dia: intervenções, entrevistas, outros tempos*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Fausto, R. (2017). *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Recebido em: 10.06.2021

Aceito em: 09.08.2021

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

